

RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.447 - DF (2016/0234388-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : JOSE MARIA MEDEIROS
RECORRIDO : JOSE ALVES DOS SANTOS
RECORRIDO : JOAQUIM LUIZ LAMEU MOREIRA
RECORRIDO : ANTONIO PEREIRA NETO
RECORRIDO : ANTONIO LIMA DE ARAUJO
RECORRIDO : MARIA LÚCIA ANTÔNIO DE OLIVEIRA
RECORRIDO : WHILDAKER CAMPOS DE ABREU
RECORRIDO : REINALDO PEREIRA DA SILVA
RECORRIDO : CLETO COUTINHO LIMA
ADVOGADOS : AMÁRIO CASSIMIRO DA SILVA E OUTRO(S) - DF006603
JOSÉ AMÉRICO CASTANHEIRA BORGES - DF011999

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, mediante o qual se impugna acórdão, promanado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DO IPC (INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS). DEVOLUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES VERTIDAS PELOS SEGURADOS 4P AO IPC. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CABIMENTO. PRECEDENTES. REDUÇÃO DOS JUROS DE MORA A 6% AO ANO. MP 2.180-5/01. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO.

1. Conforme se constata do § 5º, do art. 1º, da Lei nº 9.506/97, o ressarcimento das contribuições recolhidas ao Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, devidamente corrigidas, deve ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 1º de fevereiro de 1999.

2. Expirado esse prazo, sem o ressarcimento determinado, ou efetuado o pagamento, sem a correção monetária devida, tem início o respectivo lapso prescricional, que, no caso, é de 05 (cinco) anos, por força do que dispõe o art. 61 da Lei nº 7.087/82, com redação dada pela Lei nº 7.386/97 (art. 61 'Aplicam-se ao IPC os mesmos prazos de prescrição de que goza a União').

3. Aplicável, no caso, o princípio da *actio nata*, segundo o qual o direito de ação somente surge quando da ocorrência da lesão, ou seja, a partir de fevereiro de 1999. Como, na hipótese, a demanda foi

ajuizada em 31/10/2002, não há que falar em prescrição.

4. O Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), entidade autárquica de previdência, extinta pela Lei n.º 9.506/97, previu em seu artigo 1º, §5º, II, a restituição das contribuições recolhidas ao IPC pelos segurados.

5. A correção monetária não representa senão a proteção do valor da moeda contra os efeitos da inflação. É pacífico o entendimento de que é cabível o cômputo dos expurgos inflacionários no cálculo dos valores devolvidos a ex-segurados, sendo devida correção monetária plena dos valores referentes à restituição das contribuições vertidas ao IPC.

6. 'A jurisprudência do STJ firmou-se pela inclusão dos expurgos inflacionários na repetição de indébito, utilizando-se seguintes índices de correção monetária aplicáveis desde o recolhimento indevido: ORTN - de 1964 a fev/86; OTN - de mar/86 a jan/89; BTN - de mar/89 a mar/90; IP de mar/90 a fev/91; INPC - de mar/91 a nov/91; IPCA - dez/91; UFIR - de jan/92 a de 95; observados os respectivos percentuais: fev/86 (14,36%); jun/87 (26,06%); jan/89 (42,72%); fev/89 (10,14%); mar/90 (84,32%); abr/90 (44, 80%); mai/90 (7,87%); jun/90 (9,55%); jul/90 (12, 2%); ago/90 (12,03%); set/90 (12,76%); out/90 (14,20%); nov/90 (15,58%); dez/90 (18,30%); jan/91 (19,91%); fev/91 (21,87%); mar/91 (11,79%)' (REsp 935.311/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 18/09/2008). Como todos os 7 índices de expurgos inflacionários acolhidos na sentença tem sido aceitos pelo STJ, devem ser mantidos.

7. Aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) a título de juros moratórios, na linha do decidido na Sétima Turma deste Tribunal, por se tratar de servidores públicos, quando a ação é proposta após a edição da MP 2.180-35/01 (art. 1º F), não se aplicando o art. 406, do Código Civil (AP 2003.34.00.026508-0/DF, julgado na sessão de 10/11/2008, Relator Catão Alves). Neste mesmo sentido: 'Os juros de mora nas condenações impostas à Fazenda Pública, consoante iterativa jurisprudência desta e. Corte, devem ser fixados no percentual de 6% (seis por cento) ao ano, quando a ação é proposta após o início da vigência da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, não se aplicando o art. 406 do Novo Código Civil, vez que norma geral' (REsp nº 1.021,837/SC - Relator Ministro Felix Fischer - STJ - Quinta Turma - Unânime - DJ de 28/04/2008 - pág. 01)'.

8. Honorários advocatícios modificados para 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, em consonância com o art. 20, § 4º, do CPC.

9. Apelação da União e remessa oficial parcialmente providos e recurso adesivo dos autores provido.

10. Peças liberadas pelo Relator, em 25/06/2012, para publicação do acórdão" (fls. 199/200e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 238/242e), com aplicação de multa.

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 20, VI, e 22 da Lei 7.087/82, 1º, § 5º, das LEI 9.506/97, 20, § 4º, 535, II, e 538, parágrafo único, do CPC/73 e 1º do Decreto 20.910/32.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"Com efeito, cumpre asseverar que o caso em comento demanda a incidência da prescrição, tendo em vista que o IPC foi extinto em 30 de outubro de 1997, enquanto a ação foi ajuizada na data de 18 de dezembro de 2003, perfazendo um lapso temporal superior a 5 anos, o que faz incidir o teor da norma contida no art. 10, do Dec. 20.910/32.

(...)

Cumprir informar que as restituições pleiteadas pelos recorridos foram efetuadas aos segurados então vinculados ao Instituto da Previdência dos Congressistas.

As contribuições restituídas foram atualizadas monetariamente, mês a mês, pelos índices das cadernetas de poupança, em consonância com o disposto no art. 10, § 5º, da Lei no 9.506, de 30 de outubro de 1997, *in verbis*:

(...)

Com efeito, a União, de acordo com o § 10 do art. 10 da Lei 9.506, de 1997, c/c o art. 20 do Ato da Mesa no 1 do Congresso Nacional, de 1999, sucedeu o Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, em todos os direitos e obrigações.

Os recorridos filiaram-se ao IPC na qualidade de segurados facultativos, na vigência da Lei nº 7.087, de 1982, a fim de garantir complementação de proventos e pensões do Senado Federal, até dezembro de 1990, e, após a edição da Lei nº 8.112, suplementação, já que este Diploma Legal integralizou esses benefícios e transferiu o pagamento para o Órgão onde o servidor exercia suas funções.

Ao se associarem ao Instituto, submeteram-se às suas normas.

Tais normas não autorizavam o saque das contribuições vertidas à Autarquia, quando do cancelamento da vinculação.

Contudo, a Lei nº 9.506, de 1997, que extinguiu o IPC, autorizou o ressarcimento das contribuições recolhidas e em seu artigo 1º

expressamente determinou que a União sucedesse o Instituto em direitos e obrigações.

Todavia, o Estado teria limites de responsabilidade para arcar com obrigações do plano facultativo do IPC - que equivaleria a plano de previdência privada.

Em relação aos servidores, o Instituto de Previdência dos Congressistas, apesar de ser uma Autarquia Federal Especial, atuava junto a eles mediante plano de previdência facultativo, diferentemente do que ocorria com os Srs. Congressistas, que eram segurados obrigatórios.

(...)

À vista do combalido patrimônio do IPC, pagou-se aos segurados o possível dentre as limitações de caixa verificadas à época.

Aliás, primeiramente, destaca-se o fato de que o valor do ressarcimento das contribuições, quando da liquidação de institutos de previdência, pode ser obtido de duas diferentes formas: correção monetária acrescida de juros; ou correção monetária acrescida da variação patrimonial.

A União Federal, no caso do IPC, abraçou a primeira modalidade (art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.506, de 1997). O Banco Central do Brasil, quanto à CENTRUS, utilizou-se da segunda (art. 14, § 3º, Lei 9.650, de 1998).

A modalidade utilizada na liquidação do IPC visou garantir pelo menos aos segurados a devolução dos valores recolhidos, tendo em vista que o patrimônio seria negativo.

Assim, os índices utilizados pelo IPC foram fixados de acordo com os índices de remuneração de seus investimentos bancários, ou seja, como poderia o IPC pagar tais expurgos se não os recebeu?

Essa questão, em relação aos servidores segurados facultativos toma maior relevo, já que o plano de previdência deles era, inicialmente, complementar, e depois suplementar.

Portanto, nos termos do § 5º do art. 1º da Lei nº 9.506, de 1997, as contribuições ressarcidas pelo IPC foram atualizadas monetariamente, mês a mês, pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, no prazo de sessenta dias, a partir de 10 de fevereiro de 1999, mediante a aplicação de planilha fornecida pelo Banco Central do Brasil, a mesma que atualizou as aplicações do Instituto.

Vislumbra-se, portanto, que o montante das contribuições vertidas ao IPC, por força do disposto no art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.506/97, submete-se aos mesmos critérios de remuneração da caderneta de poupança, o que, aliás, já implica observância dos índices inflacionários

expurgados.

(...)

Assim, ao incluir os expurgos inflacionários ao montante das contribuições devolvidas aos recorridos, o r. acórdão vergastado violou o art. 1º da Lei nº 9.506/97" (fls. 253/258e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, assim como a aplicação de multa processual, pela rejeição dos Embargos de Declaração, indevidamente considerados protelatórios, seria indevida.

Argumenta-se, outrossim, que a condenação em honorários fora exorbitante.

Requer-se, por fim, "o processamento e conhecimento deste recurso especial, vez que cumpridos todos os requisitos legais para sua admissibilidade, e, no mérito, seja cassado o Julgado recorrido, em face da afronta ao art. 535, II, do CPC; ou se assim não entender esse Egrégio Superior Tribunal Federal, isto é, que não houve omissão no v. Acórdão recorrido, reformá-lo, julgando o pedido inicial inteiramente improcedente, consoante as razões acima expostas, com inversão do ônus da sucumbência, por ser medida da mais lúdima justiça" (fl. 263e).

Contrarrazões às fls. 267/283e.

Recurso Especial admitido (fls. 285/286e).

O recurso não merece prosperar.

Impossível conhecer da alegação de omissão, do acórdão recorrido.

Com efeito, a ora recorrente deixou de indicar, de forma clara, na própria petição do seu Especial, no que consistiria essa suposta omissão, não sendo suficiente a mera afirmação genérica da necessidade de análise, pelo julgado, de determinados dispositivos legais. De aplicar, no ponto, por analogia, a Súmula 284/STF.

De outro lado, é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que, revelando os Aclaratórios evidente propósito de prequestionamento (ainda que a par do típico propósito integrador), revela-se indevida a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/73.

À guisa de mera ilustração, são as seguintes ementas:

"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 135 DO CTN. PRESUNÇÃO DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR NOS TERMOS DA SÚMULA 435/STJ. REDIRECIONAMENTO AO SÓCIO-GERENTE QUE EXERCIA ESSE ENCARGO POR OCASIÃO DO ATO PRESUMIDOR DA DISSOLUÇÃO. POSSIBILIDADE. DATA DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR OU VENCIMENTO DO TRIBUTO. IRRELEVÂNCIA. RECENTE MUDANÇA DE

ENTENDIMENTO. DIRIGENTES ANTERIORES. ANÁLISE DE INFRAÇÃO À LEI. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. **MULTA EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. AFASTAMENTO.**

(...)

6. No que se refere à aplicação da multa prevista no art. 538 do CPC, observa-se ter a ora recorrente oposto embargos de declaração com o objetivo de prequestionar dispositivos legais que entendia relevantes para o manejo do recurso especial. Constituído esse quadro, não se verifica, de forma evidente, intuito protelatório.

7. Recurso especial da Fazenda Nacional parcialmente provido tão somente para afastar a multa aplicada com base no art. 538, parágrafo único, do CPC" (STJ, REsp 1.508.500/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/082015).

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA. LEVANTAMENTO DA QUANTIA DEPOSITADA CONDICIONADO AO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. **MULTA DO ART. 538 DO CPC. AUSÊNCIA DO CARÁTER PROTELATÓRIO. EXCLUSÃO.**

(...)

5. Quanto à multa aplicada pela Corte de origem, percebe-se que os Embargos de Declaração foram opostos na origem com notório propósito de prequestionamento da matéria, razão pela qual deve ser afastada a penalidade prevista no art. 538 do CPC.

6. Recurso Especial provido apenas para afastar a multa fixada pelo Tribunal *a quo* quando do julgamento dos Aclaratórios" (STJ, REsp 1.374.823/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/02/2016).

Com efeito, constando, dos Embargos de Declaração aviados (fls. 206/222e), pedido expresso para que o Tribunal de origem examinasse, expressamente, o conteúdo de dispositivos legais específicos, até para viabilizar – conforme expressamente declarado – a interposição de eventual Recurso Especial, caracteriza-se, concorrentemente, o

intuito de prequestionamento daqueles Aclaratórios, o que afasta a possibilidade de incidência da multa processual, conforme jurisprudência colacionada.

Quanto à ocorrência da prescrição, importa notar que o fundamento do acórdão recorrido, para afastá-la, foi de que:

"3. Na forma da Lei, o ressarcimento das contribuições recolhidas ao Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, devidamente corrigidas pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, deve ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 1º de fevereiro de 1999.

4. Expirado esse prazo, sem o ressarcimento determinado, ou efetuado o pagamento, sem a correção monetária devida, tem início o respectivo lapso prescricional, que, no caso em concreto, é de 5 (cinco) anos, por força do que dispõe o art. 61 da Lei 7.087/82, com redação dada pela Lei 7.386/97.

5. Aplicável ao caso, portanto, o princípio da *actio nata*, segundo o qual o direito de ação somente surge quando da ocorrência da lesão, ou seja, a partir de fevereiro de 1999. Como, na hipótese, a demanda foi ajuizada em 24/12/2003, não há que falar em prescrição" (fls. 194/195e).

Entretanto, em seu Recurso Especial, a ora recorrente descurou de impugnar esse fundamento do julgado – de que o termo inicial da prescrição, segundo o princípio da **actio nata**, seria firmado no término da data assinalada em Lei para o ressarcimento das contribuições –, de modo que a matéria não pode ser enfrentada, nesta via recursal, dada a vedação contida na Súmula 182/STJ, aplicada por analogia.

Finalmente, é pacífica a jurisprudência do STJ que na devolução de contribuições vertidas a fundo de previdência privado (caso do antigo Instituto de Previdência dos Congressistas) devem ser observados os índices integrais de correção monetária, incluído os denominados expurgos inflacionários.

Confira-se o seguinte precedente ilustrativo:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ASSOCIADO QUE SE DESVINCULA DE ENTIDADE. DEVOLUÇÃO INTEGRAL DAS CONTRIBUIÇÕES. INCIDÊNCIA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRECEDENTES. SÚMULA 289/STJ. SÚMULA 83/STJ.

1. O Tribunal de origem reconheceu o direito de os recorridos

receber a restituição dos valores referentes às contribuições efetuadas ao antigo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) com incidência de expurgos inflacionários.

2. Aquela Corte decidiu de acordo com jurisprudência do STJ firmada na Súmula 289/STJ no sentido de que 'a restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda'. Incidência da Súmula 83/STJ.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 453028/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/03/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, II e III, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **dou-lhe parcial provimento**, apenas para desconstituir a multa processual aplicada.

Sem honorários recursais. Acórdão proferido na vigência do CPC/73.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora